

Oposição prefere menos liberdade econômica

Economistas de oposição a Fernando Henrique acreditam que a política do governo em relação ao setor externo está aumentando demais a vulnerabilidade do País a crises internacionais, por permitir um endividamento rápido com abertura para capitais voláteis. Alguns chegam a dizer que “o novo ciclo de endividamento” pode levar a uma crise ainda mais séria que a dos anos 80, quando o Brasil não conseguiu continuar pagando sua dívida externa.

Um dos mais ferozes críticos é o professor Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para ele, o excesso de liberalidade de fluxos cambiais e comerciais é uma das razões do aumento do déficit em transações correntes e, por consequência, do endividamento externo.

“Hoje, qualquer bobalhão pode fazer check-up em Cleveland. O

Brasil não pode se dar ao luxo de permitir a importação de determinados bens e serviços”, afirma. De 1994 para 1997, o fluxo anual de despesas com outros serviços externos que não juros dobrou, passando de US\$ 8,405 bilhões para US\$ 16,899 bilhões, segundo o Banco Central. A conta de comércio exterior, por sua vez, saiu de um fluxo positivo de US\$ 10,466 bilhões para um déficit de US\$ 8,372 bilhões.

O economista Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também acha que há muita flexibilidade de fluxos cambiais e comerciais. “O Brasil importa demais”, afirma.

O economista Paul Singer, pro-

fessor da USP, reforça as críticas: “O País ficou muito dependente do capital externo. Estamos reproduzindo uma situação semelhante à que levou à crise no passado. A crise é fatal, só não se sabe quando”.

A dependência anual de um País de capitais externos pode ser medida pela soma do déficit em transações correntes com as amortizações da dívida. Essa é

quantia que se precisa captar ao ano para pagar compromissos externos sem perder reservas. Em 1997, a dependência foi de US\$ 62,159 bi, pois, além do déficit, houve US\$ 28,714 bi em vencimentos de amortização.

Para 1998, como espera-se um déficit menor e amortizações de

US\$ 22 bilhões, estima-se que essa necessidade de captação fique abaixo do ano passado em torno de R\$ 50 bilhões. Enquanto houver liquidez internacional, o País não deverá ter problemas para se financiar. Mas, se houver nova retração, como o Brasil vai fazer para arranjar US\$ 50 bilhões por ano?, questionam os opositores.

Economistas de bancos e estudiosos não endossam a visão pessimista da oposição sobre o crescimento de 71% (US\$ 106 bilhões) do passivo externo do Brasil desde o final de 1994. Mas alertam para o risco da dependência ao capital estrangeiro.

A consequência mais grave de uma eventual retração, diz o diretor da Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carlos Eduardo de Freitas, seria a não renovação dos empréstimos feitos por empresas brasileiras no mer-

cado internacional. Em março deste ano, as companhias deviam, no exterior, cerca de US\$ 125 bilhões. Em dezembro de 1993, o débito girava em torno de US\$ 30 bilhões.

A demanda pelo capital estrangeiro por parte do setor privado ocorre, lembra o economista-chefe do Lloyds Bank, Odair Abate, porque o governo não consegue ajustar as contas públicas. Com os gastos descontrolados, o governo acaba sugando todo o dinheiro disponível para financiar sua dívida e empurra os juros para cima. Assim, cada vez mais empresas privadas têm de recorrer ao financiamento externo. Para Freitas, da FGV, o ideal “seria que o dinheiro estrangeiro fosse aditivo e não substantivo”. Mas menos dependência externa passa pela formação de poupança interna.

*Mônica Izaguirre
e Vicente Nunes*